

A SEMANA – 142

John Gledson

Esta crônica pede uma leitura cuidadosa, eivada como está de ironia; há um tratamento mais detalhado na introdução às crônicas de 1895. Começa comparando – com a ironia de sempre – duas reações perante o processo imperialista: a revolta desesperada e malsucedida, no caso havaiano, e a solução que podemos chamar de “japonesa” – isto é, a imitação das instituições ocidentais para melhor se defender das potências europeias (e a norte-americana). O rei siamês, de fato, estava inspirado pelo Japão no seu empenho em resistir à França e à Grã-Bretanha.

Mas, como quase sempre é o caso, o alvo principal é o Brasil. Não é por nada que termina com as palavras “Yeddo, Londres e Rio”. Voltamos ao parlamentarismo, desta vez em tom mais cético e pessimista, pois o parlamento “nosso, local, particular” excluirá a dissolução, “conquanto digam alguns que é condição indispensável a esse sistema de governo”, e levará à acumulação dos poderes nas mãos dos ministros (ou “os ministros e doze fidalgos”), um sistema fechado, em que o próprio papel do presidente, o chefe do Estado, será puramente estético. Noutras palavras, será a entronação das oligarquias, coisa já profetizada em algumas crônicas de “Bons Dias!”, e medo antigo de Machado. Por detrás dos argumentos e da ironia, paira o exemplo da constituição imperial, em que o imperador (o Poder Moderador) podia dissolver o parlamento, e pedir novas eleições. Com todas as suas óbvias falhas, esse sistema possibilitava mudanças dentro da elite.



A SEMANA

17 de fevereiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Se a rainha das ilhas Sandwich tivesse procedido como acaba de proceder o rei de Sião, talvez não se achasse, como agora, despojada do trono e condenada à morte, segundo os últimos despachos.¹

O rei de Sião, príncipe que acode ao doce nome de Chulalongkorn, teve uma ideia, não direi genial, antes banal, e sobremodo espantosa para mim, que supunha esse potentado superior às aspirações liberais do nosso tempo. O rei decretou uma assembleia legislativa.² Não houve revolução, é claro; também não houve tentativa de revolução, conspiração, petição, qualquer coisa que mostrasse da parte do povo o desejo de emparelhar com o Japão no parlamentarismo.³ Foi tudo obra do rei (com licença) Chulalongkorn.

Tudo faz crer que a ideia do soberano foi antes criar um enfeite para a coroa, que propriamente servir à liberdade. É sabido que o homem selvagem começa pelo adorno, e não pelo vestido, ao contrário do civilizado, que primeiro se veste, e só depois de

¹ Lili'uokalani (como seu nome vem escrito atualmente) (1838-1917) foi a última rainha do Havaí, então chamado de Ilhas Sandwich, nome escolhido pelo capitão James Cook no séc. XVIII. Quando ela chegou ao trono em 1891, uma nova constituição (a chamada “Constituição Baioneta”) tinha tirado grande parte dos poderes da monarquia, a favor de um grupo de comerciantes e fazendeiros, dos quais muitos americanos. Quando a rainha tentou restaurar estes poderes, ela foi deposta, num golpe apoiado por tropas americanas. Foi proclamada uma república, que acabou sendo transformada em estado americano. Nos começos de 1895, depois de uma revolta liderada por Robert Wilcox, ela foi presa e condenada à morte, sendo depois indultada. Continuou a pedir a restauração da monarquia ao presidente americano, Grover Cleveland, sem sucesso. Não encontrei referência a estes fatos nos jornais brasileiros consultados; é provável que Machado os tenha lido em algum jornal estrangeiro, inglês, francês, ou americano.

² O rei Chulalongkorn (1853-1910) de Sião (atual Tailândia) é sobretudo famoso por seus esforços de resistir ao imperialismo europeu, às vezes combatendo-o com instrumentos emprestados das próprias culturas que o ameaçavam. Esta notícia estava um pouco velha, e não sei onde Machado a leu. O *Jornal do Brasil*, em telegrama de Nova Iorque de 18 de janeiro, dá a essência dela, embora sem alguns dos detalhes que Machado dá: “dizem que o rei de Sião nomeou novo corpo legislativo, e sustenta a necessidade de serem mantidos os direitos de legislar pela coroa.” É possível que, aqui como no caso da nota anterior, Machado tenha lido mais em jornais estrangeiros.

³ Como Machado dissera com mais detalhes na crônica de 28 de outubro de 1894 (126), o Japão tinha entrado num processo de imitar as nações europeias, e assim de rivalizar com elas, inclusive na criação de um império.

vestido, caso lhe sobre algum dinheiro, busca a ornamentação. Liberalmente falando, os siameses estavam nus; o rei quis pôr-lhes um penacho encarnado.

Se não foi isso, se o rei está verdadeiramente atacado de liberalismo ou liberalite, conforme lhe seja mais aplicável, convém notar que a doença não é mortal. O decreto que estatuí a assembleia legislativa, tem uma fina cláusula, é a de acabar com ela logo que lhe dê na veneta. Francamente, assim é que deviam ser todas as assembleias deste mundo. O receio de morrer obrigá-las-ia a beber a droga do boticário, – ou, em estilo nobre, a receber as algemas do poder. Há uma assembleia neste mundo (e haverá outras) que pede muita vez a própria dissolução: é a câmara dos comuns. Mas dissolução não é revogação; é a volta dos que forem mais hábeis ou mais fortes.⁴ O terror da morte é salutar. Desde que uma assembleia saiba que pode “morrer de morte natural para sempre”, como sucedia aos enforcados judicialmente, é de crer que se faça mansa, cortês, solícita, e não encete debate sem perguntar ao seu criador quais são as ideias do ano, e para onde hão de convergir os votos.

Além dessa cláusula, que evita os descaminhos, o rei de Sião compôs a assembleia de poucos membros, os ministros e doze fidalgos. É pouco; mas a experiência tem mostrado que as assembleias numerosas são antes prejudiciais que úteis. Não haverá campanha para chamar à ordem, nem os insuportáveis tímpanos da nova câmara dos deputados. Também não haverá contínuos para levar os papéis ao presidente. Uma mesa e algumas cadeiras em volta bastarão. Os negócios podem ir de par com o almoço, e a jovem assembleia siamesa votará o orçamento do futuro exercício bebendo as últimas garrafas do exercício atual à saúde do rei e das novas instituições.

Mui sagaz será quem nos disser o ano em que desse embrião legislativo sairá o parlamentarismo. Entretanto, já não é difícil prever o tempo em que teremos o nosso parlamentarismo. Não dou cinco anos; mas suponhamos oito. Os que o fizerem, devem excluir a dissolução, conquanto digam alguns que é condição indispensável desse sistema de governo. Não há nada indispensável no mundo. Copiar o parlamentarismo inglês será repetir a ação de outros Estados; façamos um parlamentarismo nosso, local, particular. Sem o direito de dissolver a câmara, o poder executivo terá de concordar com os ministros, ficando unicamente à câmara o direito de discordar deles e de os despedir, entre maio e outubro. Tenho ouvido chamar a isto *válvula*.⁵ Também se pode completar

⁴ A dissolução da câmara dos comuns implicava novas eleições, e, numa situação instável como então existia, com o poder do bloco do partido parlamentar irlandês, a ameaça era constante. Com efeito, no dia 13, vinha um telegrama de Londres: “Na câmara dos comuns o Sr. Redmond [líder do partido irlandês] pediu a dissolução do parlamento e que se submetesse à apreciação dos eleitores a questão do *home-rule* [autonomia]. O Sr. Morley [ministro para a Irlanda no governo Liberal] combateu esta moção.”

⁵ “Válvula” no sentido de puro desabafo, sem efeitos concretos. Aqui, Machado parece lembrar uma das crônicas de “Bons Dias!”, a de 22 de outubro de 1888, em que se ocupa da mesma palavra, num contexto semelhante, de comentário à imitação/deturpação de costumes parlamentares ingleses.

a obra reduzindo o presidente da República às funções mínimas de respirar, comer, digerir, passear, valsar, dar corda ao relógio, dizer que vai chover, ou exclamar: “Que calor!”

Mas há ainda um ponto no decreto siamês, que, por ser siamês, não deixa de ser imitável. É que a assembleia legislativa, nos casos de impedimento do rei por moléstia ou outra causa, promulga as suas próprias leis, uma vez que sejam votadas por dois terços. Pode-se muito bem incluir esta cláusula no nosso estatuto parlamentar, reduzindo os dois terços à maioria simples (metade e mais um). Destarte não há receio de ver o chefe do Estado descambar das funções fisiológicas ou de salão para as de natureza política. A assembleia facilmente o persuadirá de que há lindas perspectivas no alto Tocantins, e assumirá por meses os dois poderes constitucionais.

Se a rainha Lilinakalon tem feito o mesmo que acaba de fazer o seu colega de Sião, não estaria em terra desde alguns meses. Não o fez, ou porque não tivesse a ideia (e há quem negue originalidade política às mulheres), ou por não achar meio adequado à reforma. Mas, Deus meu! onde é que não há doze fidalgos para compor uma assembleia legislativa? Pode ser também que não previsse a revolução contra uma rainha jovem, graças à leitura de Camões, que só viu isso entre bárbaros lusitanos:

Contra uma dama, ó duros cavalheiros,
Feros vos amostrais e carniceiros?⁶

Não valem Calíopes,⁷ quando falam outras musas, seja a liberdade, seja a bolsa, se é certo que no movimento de Honolulu entrou uma operação mercantil.⁸ Menos ainda pode valer o puro galanteio ou a piedade. A verdade é que a rainha caiu. Não satisfeita da queda, tentou reaver o trono, e creio haver lido nos últimos despachos que a pobre moça foi condenada à morte, e também que a pena lhe fora comutada.⁹ Antes assim. Tudo isso lhe teria sido poupado, se ela decretasse a tempo uma pequena assembleia legislativa.

Mas deixemos Honolulu e Bangkok; deixemos nomes estranhos, mormente os de Sião. Daqui a pouco talvez esteja no trono o filho da segunda mulher do rei,¹⁰ atual herdeiro, o príncipe Chuufa Maha Majiravadh, nome ainda mais doce que o do pai.¹¹ Não é na doçura do nome que estão os bons sentimentos liberais. César é o mais belo

⁶ *Os Lusíadas*, canto III, estrofe 130, v. 7-8. Como diz Aurélio na sua edição da crônica, Machado errou a citação, que deve ser: “Contra ua dama, ó peitos carniceiros / Feros vos amostrais, e cavaleiros?” (Trata-se dos assassinos de Inês de Castro.) Talvez seja compreensível o erro de Machado – a sua versão é mais fácil de compreender que o original.

⁷ Calíope: musa da eloquência e da poesia épica.

⁸ Como foi dito na nota 1, havia interesses comerciais americanos por detrás dos que destruíram a monarquia havaiana.

⁹ As duas notícias, da condenação e da comutação da pena, apareceram num telegrama de Washington n’*O Paiz* do dia 12 de fevereiro.

¹⁰ Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta, sem dúvida com razão.

¹¹ Este príncipe herdaria o trono em 1910, reinando até 1925.

nome do mundo, e foi o dono dele que confiscou a liberdade romana. Esperemos que o futuro rei de Sião não repita o exemplo, antes conclua o reinado, decretando que a câmara legislativa de Bangkok dará uma resposta à fala do trono.¹² Um de seus filhos aceitará os ministros da assembleia, um de seus netos decretará a eleição dos deputados, tal como em Yeddo¹³, Londres e Rio.



¹² Uma cerimônia central aos sistemas (parlamentares) britânico e brasileiro imperial.

¹³ Nome antigo da atual Tóquio, grafado como está no jornal.